

Educação pela empresa

SEM mão-de-obra qualificada não adianta investir em tecnologia. Esse desabafo de um empresário brasileiro, diante das preocupações do governo com a qualidade da produção industrial, reflete um ponto crítico não só da produtividade e do avanço tecnológico do setor mas de todo o desenvolvimento econômico do país.

A IMAGEM da mão-de-obra barata, que durante muito tempo serviu de atrativo ao investimento estrangeiro, hoje representa dado negativo para a atividade produtiva: exprime aquela categoria de trabalhadores destinatários de um mínimo de preparo educacional (60% da mão-de-obra operacional das fábricas não têm curso primário completo) e sem condições, portanto, de progredir profissionalmente.

ESSES trabalhadores são apenas uma parcela das muitas vítimas do desastre educacional brasileiro. Sem falar nos casos da falta absoluta de ensino, as deficiências invadem quase todos os espaços da vida do país e vão de um extremo a outro da escala da escolaridade. As falhas clamorosas do aprendizado básico propagam-se para os níveis seguintes da educação ministrada por escolas públicas e particulares, até o topo dos graus universitários.

SE temos pretensões primeiramente mundistas na modernização do parque produtivo, não podemos nos contentar com limitadas mudanças qualitativas na mão-de-obra. Não basta ensinar a ler e escrever aos contingentes de analfabetos ou semi-analfabetos que têm na construção civil seu único mercado de trabalho urbano. Há que proporcionar aos trabalhadores um preparo educacional consistente com os desafios dos métodos contemporâneos de produção.

POR tudo isso, a política de recursos humanos de muitas empresas vem incluindo programas de treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento da mão-de-obra, ao mesmo tempo que lança as vidas para a que se encaminha ao mercado de trabalho, fornecendo-lhe elementos de capacitação profissional.

MAS não se fica somente por aí. Independentemente dos programas de entidades como o Senai e o Senac, empresas estão assumindo a responsabilidade de suprir as deficiências do sistema educacional, no nível básico e em graus mais adiantados de escolaridade. Instalam cursos em suas dependências, instituem programas de incentivos e de financiamento para os seus funcionários e chegam a construir escolas, empregando

professores nos quadros da empresa. Na construção civil, registre-se o convênio entre a Fundação Roberto Marinho e o sindicato da indústria, visando a proporcionar ensino básico no próprio canteiro de obras.

A EMPRESA vai, assim, tornando-se sucedâneo e extensão da escola, com a vantagem de associar imediatamente o aprendizado à prática do trabalho. Além dos ganhos de produtividade que daí resultam, há redução no número de acidentes no trabalho e maior apego do operário à empresa, em vez de uma rotatividade de emprego que não convém a qualquer das partes.

EM VÁRIOS casos, o Ministério da Educação tem apoiado essas iniciativas, inclusive aprovando os currículos das escolas mantidas por empresas. Parece evidente, porém, a premença de maior participação do poder público, a fim de que as iniciativas possam se multiplicar e atender a uma demanda ainda muitas vezes superior às oportunidades oferecidas.

O NOSSO processo de desenvolvimento esgotou o ciclo preenchido pela infra-estrutura e pelas máquinas de geração já ultrapassada. Agora é investir na modernização tecnológica e no capital humano.